

Déficit. A bomba que Sarney deixa para Collor.

ALDO RENATO SOARES

A equipe econômica do presidente Fernando Collor vai encontrar verdadeiras bombas de efeito retardado quando assumir o governo, no dia 15 de março. Segundo as estimativas menos alarmistas, se o novo governo não conseguir reverter o quadro desenhado pelo Orçamento Geral da União, um dos primeiros atos de Fernando Collor será uma mensagem ao Congresso pedindo autorização para emitir títulos da dívida mobiliária pública para cobrir os rombos do orçamento. Uma avaliação preliminar indica que, em março, o buraco deve se situar em torno de NCz\$ 300 bilhões, a preços de janeiro:

O novo governo vai administrar um orçamento de NCz\$ 3,5 trilhões (a preços de janeiro), que já tem NCz\$ 2 trilhões comprometidos com o pagamento dos encargos da dívida mobiliária pública. Se forem mantidas as taxas de juros atuais, em dois meses serão necessários mais NCz\$ 250 bilhões. A despesa com pessoal, prevista no orçamento em NCz\$ 273 bilhões, já está defasada e vai precisar de um reforço adicional de NCz\$ 300 bilhões. Assim como não previu as taxas de juros altíssimas do início do ano, a equipe econômica não esperava que a Justiça desse ao funcionalismo, em janeiro, as reposições salariais do Plano Bresser e do Plano Verão.

Tirando os NCz\$ 2 trilhões para os encargos da dívida mobiliária, há NCz\$ 950 bilhões para as despesas correntes do governo. Do total, NCz\$ 660 bilhões já estão comprometidos com a Previdência e Assistência Social, mas os valores poderão aumentar. Os NCz\$ 660 bilhões cobrem apenas os gastos previstos na Constituição. Dependendo do plano de custeio e benefícios que for aprovado no Congresso, eles poderão ser maiores.

Nas despesas correntes, a maioria das dotações não pode ser realocada. Assim, NCz\$ 125 bilhões correspondem a transferências constitucionais para os Estados e municípios, NCz\$ 20 bilhões para a educação, NCz\$ 21 bilhões para o Legislativo, Judiciário e Forças Armadas, NCz\$ 26 bilhões para a saúde. Há ainda despesas com o pagamento do abono do PIS/Pasep (NCz\$ 12,5 bilhões) e NCz\$ 10 bilhões para entidades assistenciais como seac, LBA, Funabem. "O orçamento está cercado de tal forma que o futuro governo não vai ter saída a não ser emitir mais títulos da dívida para tapar os buracos", constata um técnico da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan).

Os gastos com pessoal (NCz\$ 273 bilhões) são intocáveis, as operações oficiais de crédito foram enxugadas ao nível mínimo (NCz\$ 174 bilhões) e a maior parte está destinada aos fundos regionais criados pela Constituição para as regiões Nordeste e Centro-Oeste e para a política agrícola do governo. Restam NCz\$ 90 bilhões na rubrica de investimentos nas áreas da educação (NCz\$ 5,5 bilhões), saúde (NCz\$ 7 bilhões), previdência (NCz\$ 14 bilhões), agricultura (NCz\$ 7,8 bilhões), transportes (NCz\$ 14,6 bilhões) e Forças Armadas (NCz\$ 21 bilhões), entre outros.

Cortes

Segundo alguns técnicos da Seplan, a única saída possível para o



novo governo é reduzir as despesas, com extinção ou fusão de ministérios e órgãos públicos. O problema é que há um consenso na área econômica de que qualquer ajuste fiscal só trará resultados a longo prazo. A demissão de funcionários não é levada a sério porque já foi tentada e bateu de frente com um cipoal de legislações e interesses corporativistas. Pelo lado da arrecadação, o governo poderia aumentar as alíquotas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Mas também aí surgem problemas. A medida representaria mais arrocho aos contribuintes e elevação dos preços e menos vendas. Além disso, 50% do que a União arrecadar nesses impostos deve ser distribuído aos Estados e Municípios, de acordo com a Constituição.

A margem de manobra para Collor é pequena mesmo no setor estatal que tem 230 empresas (179 do setor produtivo, 20 empresas típicas de governo, 25 da área financeira e 6 de previdência, assistência e promoção social). As estatais empregam 1 milhão de pessoas e têm uma dívida de US\$ 79 bilhões (NCz\$ 1,58 trilhão pelo câmbio oficial), de acordo com a posição levantada em outubro. A dívida do ativo circulante de um ano é de US\$ 32 bilhões (NCz\$ 640 bilhões).

O governo possui siderúrgicas, refinarias, bancos, empresas de navegação, hospitais, empresas de processamento de dados e até órgãos de promoção social. A princípio parece simples demitir os funcionários ociosos e aqueles que foram empregados por força do clientelismo político. Apesar de pertencerem à União, as estatais funcionam como empresas privadas. Os funcionários são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Só podem ser demitidos os que não foram concursados ou os trabalhadores que têm garantido no contrato coletivo de trabalho cláusulas que prevêm demissão após a instauração de um inquérito administrativo.

Controle

A Secretaria de Orçamento e Controle das Empresas Estatais (Sest) já encaminhou à equipe de Fernando Collor uma série de sugestões para pôr a casa em ordem. Entre elas está a implementação de um "rigoroso controle de frequência" para os funcionários. Os técnicos acreditam que isso eliminaria a ocorrência de duplo emprego e provocaria demissão espontânea pela

incompatibilidade de horários com as atividades exercidas pelo funcionário no setor privado. Hoje, os mecanismos de controle são muito deficientes e o governo sabe disso.

Outra proposta é criar estímulos para a aposentadoria voluntária, com a permissão para que as pessoas com mais de 20 anos de serviço possam requerer a aposentadoria recebendo no máximo 50% do valor auferido na data do pedido de aposentadoria. A realização de auditorias para levantar o número de funcionários ociosos já foi descartada como sugestão devido à garantia constitucional de emprego para quem tem mais de cinco anos de serviço público.

Os desafios para o presidente Fernando Collor são maiores do que se imagina. O novo governo ainda não tem garantia de uma maioria tranqüila no Congresso Nacional. Os deputados e senadores nunca se preocuparam com o déficit público e sempre rejeitaram medidas de austeridade nos gastos públicos. Em dezembro, antes do recesso, o Senado aprovou uma resolução que, segundo os técnicos do governo, vai provocar muita dor de cabeça à equipe econômica.

A Resolução 94 simplesmente tira do Executivo o poder de autorizar as operações de endividamento dos Estados e municípios. Até então, os governadores e prefeitos eram obrigados a submeter à Seplan os pedidos de emissão de títulos da dívida mobiliária. Os projetos eram analisados por uma equipe técnica com base na situação financeira dos Estados e municípios. O ministro João Batista de Abreu reforçou sua fama de "durão" por rejeitar o apetite de governadores e prefeitos. Depois que passava pela área técnica, o Senado aprovava a emissão. O Senado nunca negou um pedido.

Com a aprovação da resolução, os governadores e prefeitos vão enviar o projeto ao Senado. Aprovado pelos senadores, o pedido vai para o Banco Central, que tem 10 dias para registrar a operação. Os técnicos do governo não têm nenhum motivo para acreditar que o Congresso mudou. "O Senado não vai rejeitar nenhum pedido porque tem interesses políticos em jogo", sustentam. A esperança da equipe econômica é que, de uma forma ou de outra, o Banco Central ou o futuro ministro da Economia interceda junto ao Senado para que haja um controle sobre o endividamento de Estados e municípios.